

Uma releitura da saga das órfãs da rainha em *Desmundo* (1996), de Ana Miranda: do discurso histórico ao fictícioBeatrice UBER¹**Resumo**

O romance histórico *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, ao mesclar história e ficção, aborda as primeiras décadas do período da colonização brasileira. Os acontecimentos dessa narrativa são expostos por meio de uma narradora autodiegética, a jovem órfã portuguesa Oribela de Mendo Curvo, que é retratada como uma das órfãs da rainha e deslocada para o **Novo Mundo** com o propósito de casar com personagens que são configurados como colonizadores portugueses e gerar filhos desses, cumprindo a tarefa de ser boa mãe e ótima esposa. No presente estudo, objetiva-se apresentar como se deu o processo de adaptação dessa protagonista e sua experiência na colônia brasileira, atentando-se para o fato de que seu ponto de vista não corrobora a versão historiográfica. Assim, *Desmundo* (1996) expõe o ponto de vista de uma personagem que se enquadra na teoria da história vista de baixo – o de uma jovem órfã marginalizada. Para isso, esse artigo tem como base os estudos de Sharpe (1992), Almeida (2003), Cunha (2004) e Ramos (2007).

Palavras-chave: *Desmundo* (1996). Romance histórico. Órfãs da rainha. História vista de baixo. Prisma feminino.

Abstract

*The historical novel Desmundo (1996), by Ana Miranda, which blends history and fiction, addresses the first decades of the Brazilian colonization. The events of this narrative are exposed by a first-person narrator, the young orphan Oribela de Mendo Curvo, who is represented as one of the orphans of the queen and is relocated to the **New World** with the purpose of getting married to characters that are configured as Portuguese colonists and bear their children, fulfilling the duty of being a good mother and great wife. The present paper aims to present how the adaptation process of the protagonist took place and how her experience in the Brazilian colony was, observing the fact that her point of view does not corroborate the historiographic version. This way, Desmundo (1996) exposes the perspective of a character that can be framed in the theory of the history from bellow – of a young marginalized orphan. In order to achieve that, this paper relies on the studies of Sharpe (1992), Almeida (2003), Cunha (2004) and Ramos (2007).*

Keywords: *Desmundo* (1996). Historical novel. Orphans of the Queen. History from bellow. Women's perspective.

¹ Graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Cascavel, em 2013; especialista em Língua Inglesa: Estudos Linguísticos, Literários e Culturais pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz em 2016; mestrado em Letras na área de Linguagem Literária e Interfaces Sociais: Estudos Comparados e Literatura pela Unioeste, campus de Cascavel, em 2017. CEP: 85.819-110. Cascavel, Paraná. E-mail: bea_uber@hotmail.com

Introdução

Desmundo (1996), romance histórico que expõe parte do início da colonização brasileira a partir do viés de uma órfã marginalizada pela história, é uma das grandes obras da brasileira Ana Miranda. Apresentam-se as primeiras décadas de descobrimento de forma ficcionalizada pelo prisma feminino de Oribela de Mendo Curvo, uma personagem retratada como uma das órfãs da rainha.

Por meio dessa narradora autodiegética, a romancista reconfigura as jovens virgens arregimentadas pelo governo português, cujo objetivo era o de submetê-las ao matrimônio com os portugueses que residiam na nova terra. De acordo com o discurso historiográfico, essas moças ficaram conhecidas como as órfãs d'el Rei ou órfãs da rainha, visto que eram protegidas da rainha D. Catarina, casada com D. João III. Além disso, ela evidencia o período histórico de um país, que não foi muito explorado: as primeiras décadas de descobrimento. “É de conhecimento geral que, apesar de o Brasil ter sido ‘descoberto’ em 1500, suas terras só começaram a ser povoadas a partir de 1530.” (RAMOS, 2007, p. 19).

A protagonista, Oribela, desencadeia seus relatos a partir do ano de 1555 mencionando as dificuldades enfrentadas ao longo da travessia como, por exemplo, a escassez de água e de comida, bem como suas impressões sobre o **Novo Mundo**, lugar que deveria ser povoado. Ademais, essa personagem narra os preparativos para as bodas das jovens retratadas como órfãs, o casamento com o colonizador representado por Francisco de Albuquerque, a vida ao lado de seu esposo, suas duas tentativas de fuga, a relação amorosa com o mouro Ximeno Dias, sua gravidez e o abandono por parte do marido, que retorna para Portugal com seu filho, deixando-a sozinha e desamparada na colônia brasileira.

***Desmundo* (1996) e a saga das órfãs da rainha: um romance histórico**

A narrativa tem início com um pedido ao rei D. João para que ele envie mulheres que possam casar e viver a serviço de Deus, apartando os homens dos pecados. Essas moças poderiam ser órfãs ou de qualquer outra linhagem, mas, obrigatoriamente, virgens e brancas. Assim estava escrito na epígrafe do livro:

A' El-Rei D. João

(1552)

JESUS

Já que escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra ha de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos peccados, em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas orphãs, e si não houver muitas, venham de mistura dellas e quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que

quaesquer farão cá muito bem à terra, e ellas se se ganharão, e os homens de cá apartar-se-hão do peccado.

Emanoel danobrega. (MIRANDA, 1996, s/p — grifos do autor).

Acerca do tema da vinda de jovens ao **Novo Mundo** para casar, o escritor brasileiro Euclides da Cunha, na sua grande obra, *Os sertões* ([1902]2002), fez uma alusão a esse evento ocorrido no século XVI, no qual mulheres brancas foram trazidas de Portugal para o Brasil. Ele também menciona que havia muitos forasteiros, degredados e aventureiros corrompidos presentes na terra, que a mancebia com as caboclas estava a correr solta e que nem o clero se isentava. Na sua visão, esses amigamentos dos brancos portugueses com as naturais precisavam ser desfeitos. Logo, havia a necessidade de mulheres brancas e católicas para restabelecer a ordem. De acordo com esse autor:

O padre Nóbrega definiu bem o fato, na célebre carta ao rei (1549) em que, pintando com ingênuo realismo a dissociação dos costumes, declara estar o interior do país cheio de filhos de cristãos, multiplicando-se segundo os hábitos gentílicos. Achava conveniente que lhe enviassem órfãs, ou mesmo mulheres *que fossem erradas, que todas achariam maridos, por ser a terra larga e grossa*. A primeira mestiçagem fez-se, pois, nos primeiros tempos, intensamente, entre o europeu e o silvícola. “Desde cedo”, di-lo Casal, “os tupiniquins, gentios de boa índole, foram cristianizados e aparentados com os europeus, sendo inúmeros os brancos naturais do país com casta tupiniquina”. (CUNHA, 2002, p. 122 — grifos do autor).

Nota-se que a necessidade de se trazer mulheres para casar era de grande importância. O governo português não desejava a mistura entre raças na terra a ser conquistada porque acreditava que, se houvesse miscigenação, os portugueses deixariam de obedecer à Coroa Portuguesa e passariam a viver de forma mais livre e desregrada junto aos nativos, que possuíam hábitos mais desprezados que os europeus. Buscava-se a dominação total do território e, para isso, acreditava-se numa unidade para se viver, conforme mencionou Silviano Santiago (2000, p. 14), “um só Deus, um só Rei, uma só Língua: o verdadeiro Deus, o verdadeiro Rei, a verdadeira Língua.” Isso então garantiria ao reino português a soberania necessária para que o processo de colonização ocorresse da forma como desejavam.

Segundo os estudos de Bruna Otani Ribeiro (2014, p. 74), “o envio das moças foi uma tentativa de impedir a constituição de uma sociedade híbrida, objetivando a purificação do sangue português, ameaçado pela mistura com o sangue indígena, e a formação de uma elite colonial.” Com essa remessa de noivas, tencionava-se obter uma sociedade sem miscigenação,

de raça e religião puramente portuguesa católica. Todavia, no decorrer da obra percebemos que isso não ocorre.

A narrativa fictícia, ao ser contada em primeira pessoa pelo prisma feminino da jovem portuguesa excluída da sociedade, a Oribela, expõe outro ponto de vista em relação à colonização brasileira — o da história vista de baixo. De forma contundente, essa personagem contesta a versão apresentada pela historiografia acerca das órfãs da rainha que foram enviadas ao Brasil no século XVI e reiventa suas histórias e vivências na colônia em desenvolvimento.

De acordo com os estudos de Jim Sharpe (1992), a história sempre levou em conta o ponto de vista daqueles que eram os vencedores e detentores do poder, que ficou conhecida como a história vista de cima. Contudo, ele relata que desconsideravam-se as experiências do povo em relação ao passado. Posteriormente, esse outro lado da historiografia veio à tona e ficou conhecido como a história vista de baixo. Consequentemente, essa nova abordagem da história teve duas funções, conforme explicou o autor, porque serviu “como um corretivo à história da elite” (SHARPE, 1992, p. 52) e, ao oferecer uma versão alternativa para os fatos, também abriu “a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história.” (SHARPE, 1992, p. 54).

As narrativas expostas sobre o tema da colonização eram apontadas pelo viés eurofocêntrico — o da história vista de cima — e consideradas únicas, verdadeiras e soberanas. Todavia, os relatos destacados pela historiografia são colocados em dúvida pelo discurso fictício quando Oribela, que atua como uma figura representante da história vista de baixo, narra a vida que as órfãs da rainha eram forçadas a levar na colônia e os abusos ocorridos por parte do clero e do marido. As narrações femininas, dos marginalizados e dos excluídos, não foram expostas pela história tradicional durante a época da colonização, entretanto as exposições de alguém como a protagonista do romance, a Oribela, poderiam ter sido consideradas se não tivessem sido abafadas pelo discurso oficial que disseminava o ponto de vista masculino.

A jovem descreve a sua viagem de Portugal à nova terra junto a outras seis mulheres que também tinham como missão unir-se em matrimônio, gerar filhos e ajudar o cônjuge a prosperar. O deslocamento, na caravela Senhora Inês, já havia sido bem exausto. Segundo a narradora, se sentiam com a “carne quebrada, já sendo vencida pela

natureza” (MIRANDA, 1996, p. 11). Além do grande tempo gasto em navegação, não só havia a escassez de água, como aponta Oribela, “acabada a água do armário do camarote e só chuva para tomar” (MIRANDA, 1996, p.11), mas também a falta de alimentos. Quando aportassem, ela iria “comer fruta da árvore, carne assada [e] ai um pão quente, um ceitel de cerejas [...]” (MIRANDA, 1996 p.12).

De acordo com o discurso historiográfico, as embarcações traziam, além da tripulação, crianças e grumetes, cujo destino era o trabalho braçal. Eles também não escapavam dos sofrimentos causados pelas longas travessias. Havia escassez de comida e o racionamento desta era necessário para que fosse suficiente à sobrevivência de todos. Conforme aponta o historiador Fábio Pestana Ramos (2007), até as órfãs, protegidas pela Coroa Portuguesa, não escapavam da miséria a bordo, pois “acabavam ainda por passar pelas mesmas privações alimentares dos tripulantes, e muitas, entregues ao ambiente insalubre das naus, terminavam falecendo ao longo da viagem sem nunca chegar a conhecer seu futuro marido.” (RAMOS, 2007, p. 34).

Na narrativa fictícia, já em terra firme, a privação teria fim, mas até lá o sentimento que se tinha era de que a aflição e ansiedade fora o preço mal pago de suas vidas, que nada valiam. As órfãs retratadas sentiam-se como que jogadas ao mar e donas de sua própria sorte, explica Oribela, a personagem protagonista. Embora fossem consideradas um tesouro pelo rei e pela rainha, também estavam à mercê da sorte e não sabiam o que lhes esperavam ao longo da viagem e, muito menos, na terra a ser colonizada.

Em relação às mulheres destinadas ao **Novo Mundo**, Oribela menciona: “E fôramos sete mancebas, umas sete sombras negras alembrando os sete pecados. Qué?” (MIRANDA, 1996, p. 14). Além da viagem ser longa era difícil, as mulheres também passavam por várias privações. De acordo com código cultural vigorante à época, acreditava-se que o sexo feminino, nas embarcações marítimas, era considerado má sorte. Acerca disso, a narradora também menciona:

[...] mulheres são mau agouro, em oceanos, fêmeas são baús cheios de pedras muito grandes e pesados, sem serventia nem a ratos a não ser turbar as vistas, nausear as tripas, alevantar as mãos em súplicas e trombetear por causa alguma, só pelo prazer, feito os demos. (MIRANDA, 1996, p. 14).

A órfã retratada constata que sua vida em Portugal havia ficado para trás e que ali cumpriria o seu destino de ser boa esposa e ótima mãe, porque menciona: “tudo era passado, chegamos a um novo país com o coração em júbilo, mas de dúvida e receio,

para povoar um despejado lugar.” (MIRANDA, 1996, p. 16).

A Coroa Portuguesa tinha o claro objetivo de casar as órfãs com brancos portugueses e povoar a terra brasileira com cristãos para exercer o domínio geográfico total. Já essas moças pressupunham a ideia de que arranjariam um bom casamento. Assim, a protagonista conta sobre a expectativa de todas em relação a conseguir um bom marido:

As órfãs faziam sinal-da-cruz, iam arranjar marido bom e principal, ou então uns fideputadas desdentados, trolocutores surdos, furtamelões, bêbados, cornos, condes das Barlengas, bem-me-queres mal-me-queres, lobo nas ovelhas, caminho de espinhos, azemel de estrebaria, mulo namorado, fosse o que fosse, desde que dissesse: Senhora, quereis companhia? Mas ordenara a rainha, que seriam uns gentilhomens. (MIRANDA, 1996, p. 21).

Percebe-se que a imagem heroica e destemida desses colonizadores retratados é desfeita e uma versão grotesca usurpa seus lugares. A órfã, representada como Oribela, desconsolida então a versão exposta pela historiografia e quebra com o paradigma de que eram apenas homens nobres os futuros pretendentes das órfãs da rainha D. Catarina.

Na diegese romanesca, as órfãs da rainha não carregavam consigo pertences de valor, apenas “uma camisa, um manto tecido, uma anágua e enxaravia, toalha” (MIRANDA, 1996, p. 24). O seu enxoval era composto de pouquíssimas peças. Quem possuía algo a mais era só a Velha, personagem de extração histórica que era responsável pela segurança das órfãs junto ao padre. O termo **extração histórica** foi proposto por André Trouche (2006, p. 44) e utilizado para fazer referência a narrativas “que encetam o diálogo com a história, como forma de produção de saber e como intervenção transgressora [...]”. Consequentemente, na mesma linha de estudo, tal termo é transferido para as personagens que fizeram parte da história oficial e, assim, tanto narrativas como personagens podem ser classificadas como de **extração histórica**. A personagem a Velha dispunha então de um “baú, que fora freira, com o livro de missa, outro de relatos, saias bordadas, colete de damasco, chapéus, anáguas de seda, toucas rendadas, umas coisas de matar de amor.” (MIRANDA, 1996, p. 24). Observa-se então a valorização da mulher mais velha, com mais conhecimento e à serviço da Igreja, em relação às outras jovens retratadas no romance.

Acerca da contextualização histórica, vale a ressalva de que, devido à carência de mulheres brancas nas terras de domínio português, o reino arregimentou moças órfãs nos

orfanatos de Lisboa e Porto com o intuito de enviá-las principalmente à Índia, explana Ramos (2007). Ele explica que essa prática era comum a partir do século XVI e que inúmeras dessas órfãs foram enviadas ao Brasil.

De acordo com Suely Creusa Cordeiro de Almeida (2003, p. 157), as órfãs da rainha “eram filhas, netas, irmãs e sobrinhas de homens que tivessem morrido a serviço da coroa.” Além disso, essa autora menciona que elas eram escolhidas no Reino e também recompensadas com dotes na terra a ser desbravada, como a atribuição de postos de menor relevância para seus futuros maridos.

Alguns requisitos eram indispensáveis para que jovens órfãs fossem qualificadas como uma órfã da rainha. Almeida (2003, p. 161) informa que “a primeira exigência era ser órfã de pai e mãe, filha de um legítimo matrimônio, sem raça de mouro ou judeu e ainda demonstrar condição de pobreza”. As condições físicas também eram relevantes porque “não se receberiam moças cegas ou aleijadas, doentes de qualquer moléstia” (ALMEIDA, 2003, p. 161) nos recolhimentos e a idade deveria ser “entre 12 e 30 anos, fase onde era possível agradar aos homens pelo frescor da juventude, além da possibilidade orgânica de gerar filhos brancos para o Estado.” (ALMEIDA, 2003, p. 161). Visavam, dessa forma, jovens de boa saúde e férteis para serem mulheres parideiras, aumentando a população cristã da colônia e tomando posse cada vez mais do território a ser desbravado.

Sobre o período de maior deslocamento das órfãs, Ramos (2007) considera que o maior número de jovens enviadas data de 1560 e que “não deve ter excedido a duas ou três vezes por ano, visando, somente, às necessidades dos homens solteiros da baixa nobreza portuguesa aí estabelecidos [...]” (RAMOS, 2007, p. 33).

As órfãs da rainha passavam por grandes dificuldades nessas embarcações porque a tripulação masculina suplantava grande parte do tempo tentando seduzir as donzelas a bordo, que “causavam grande alvoroço entre a tripulação masculina” (RAMOS, 2007, p.33). O autor explica que estupros ocorriam e que, muitas moças, na tentativa de preservar seu futuro, não mencionavam o acontecido. Por esse motivo, alguns religiosos acompanhavam essas jovens menores no intuito de protegê-las. Assim sendo,

[...] tendo em vista evitar os estupros das órfãs a bordo — sobretudo porque estas estavam destinadas ao matrimônio, virgens, com homens de destaque nas possessões portuguesas — alguns religiosos tomavam sua guarda, principalmente quando se tratava de meninas menores de 16 anos. (RAMOS, 2007, p. 34).

Apesar de todos os percalços, o discurso historiográfico indica que essas jovens, as órfãs da rainha, chegaram ao **Novo Mundo** para cumprir um papel bem definido e gozar de uma

posição respeitável, unindo-se em matrimônio a homens de respeitável condição social. Acreditava-se na oportunidade de uma vida melhor para essas moças.

Em *Desmundo* nota-se a presença de uma mulher a quem a narradora chama de “a Velha” e um padre, que se certificava da porta estar trancada quando as jovens fossem dormir: “Noite, as zanguizarras deitadas no camarote com a chave passada pelo padre, feito a cadeia que era esta vida, nos colos umas das outras, ouviam as cantorias, risos, rugidos daqueles infelizes...” (MIRANDA, 1996, p. 21). Ambos atuavam na função de zelar pelas órfãs da rainha.

Após o desembarque, a protagonista faz menção aos lugares, aos aromas e às pessoas da nova terra. Em relação aos homens existentes no **Novo Mundo**, há uma distorção do que havia sido proposto. Os colonizadores não são vistos como heróis ou destemidos conquistadores, como é anunciado pela história oficial, mas são caracterizados como desgraçados e que em Portugal não tinham valor algum. Oribela mesmo dizia: “Muitos em torno de nós eram degredados, do que se sabia por não terem suas orelhas, cortadas a modo de castigo no reino e para que os conhecêssemos sempre e sempre soubêssemos que não eram como pêssegos.” (MIRANDA, 1996, p. 26). Para ela, era de doer as vistas ter que olhar para os desorelhados e, ao invés de estarem presos, estavam lá, “fugidos do inferno, das masmorras e avantajados os muchachos sem nada a lhes pesar à ilharga ou às costas, livres e leves [...]” (MIRANDA, 1996, p. 26). E ela continua mencionando que os “degredados eram uma gente sem temor nem conhecimento de Deus e que diziam heresias como podia fazer qualquer animal bruto se soubesse falar porque eram homens sem sangue, sem lei, nação, língua, reino, sem terra e servos [...]” (MIRANDA, 1996, p. 26). Logo, ela havia percebido que a terra não era “tão provida de vaidades e não matava a todos de gentileza” (MIRANDA, 1996, p. 26). Na concepção da protagonista, a área a ser colonizada era como se fosse um lugar de despejo daqueles que haviam se portado como criminosos e dos inúteis à sociedade dominante.

O próprio marido de Oribela, a personagem Francisco de Albuquerque, é um exemplo desses homens desafortunados, pois já havia sido preso, ferido e vendido como uma mercadoria em outros cantos do mundo. No entanto, é esse mesmo homem quem desbrava e coloniza a nova terra. Dizia ele que

[...] estivera nos Gucos, Pafuas, na Cauchenchina, no arquipélago das ilhas de Ainão, onde de fato fora em uns tempos, quando jovem, deixar os infortúnios e buscar a ventura, em que fora seis vezes preso, doze vezes ferido, duas cativo e duas vendido, nas partes da Índia,

Etiópia, Arábia Feliz, China, na pestana do mundo [...]. (MIRANDA, 1996, p. 129).

Depara-se, então, com a supervalorização do homem em relação à mulher na colônia brasileira ao longo da narrativa. Eles puderam ser homens miseráveis e desfavorecidos, porém foram considerados desbravadores. Mas, elas, órfãs da rainha, precisavam ser mulheres perfeitas e estarem acima de qualquer infâmia. Suas virgindades eram itens de grande valia. A personagem protagonista da diegese, Oribela, sobre o fato de ter se mantido pura para o casamento, expõe: “para o meu varão me guardei perfeita, ru, ru, menina, ru, ru, chegasse com o pé direito [...]” (MIRANDA, 1996, p. 30).

As moças tinham como dote a pele branca e a virgindade, conforme a própria narradora expõe: “nossa pele branca e o nosso ar de cristãs, mancebas donzelas, era dote.” (MIRANDA, 1996, p. 42). Dessa forma, não só se valorizava a alvura de pele como também se guardava com grande zelo essa pureza corporal, preservada para seu futuro esposo e dono.

Ali, no **Novo Mundo**, tudo era diferente para essas jovens retratadas como órfãs. A protagonista, Oribela, se depara com visões que nunca lhe foram oferecidas, como “mulheres africanas com algemas nas mãos que não traziam no corpo mais que a pele pregada aos ossos” (MIRANDA, 1996, p. 38) que foram trazidas na caravela e desembarcadas como objetos. Ela também nota que os “bugres da terra vendiam suas fêmeas nuas, mas assim que veio um padre da Companhia na rua as esconderam, não dos outros padres.” (MIRANDA, 1996, p. 39). Por meio de sua visão, tem-se a noção de como a Igreja Católica corroborava alguns atos ilícitos, como a exploração de escravos nativos. Além dos gentios que eram comercializados, havia as mulheres negras trazidas na embarcação, que eram igualmente escravizadas e vendidas. Elas também faziam parte da edificação do **Novo Mundo** com sua força de trabalho, todavia seriam solapadas pelo discurso historiográfico.

Incorporada à sua narração, nota-se a intertextualidade com um determinado trecho da carta do fidalgo português Pero Vaz de Caminha — escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral — sobre o descobrimento do Brasil. A narradora do romance assim expõe:

Por meus brios e horrores, não despreguei os olhares das naturais, sem defeitos de natureza que lhes pudessem pôr e os cabelos da cabeça como se forrados de martas, não pude deixar de levar o olhar a suas **vergonhas** em cima, como embaixo, sabendo ser assim também eu era, era como fora eu a desnudada, a ver em um espelho. Nunca fora dito haver mulheres assim, nem pudera inventar em minhas ignorâncias. (MIRANDA, 1996, p. 39 — grifo nosso).

Na carta original, enviada ao o rei de Portugal após o achamento das novas terras, Pero Vaz de Caminha descreveu as habitantes locais da seguinte maneira:

Aly amdavam antre eles tres ou quatro moças bem moças e bem jentijs com cabelos mujto pretos comprjdos pelas espadoas e suas vergonhas tam altas e ta çaradinhas e tam limpas das cabeleiras que de as nos mujto bem olharmos nõ tínhamos nhuãa vergonha. (CAMINHA, *apud* CASTRO, 2008, p. 49).

Quando se compara o trecho original da carta de descobrimento com o da personagem Oribela, constata-se a relação de semelhança entre as duas passagens. A autora da obra toma emprestado tal trecho de um documento histórico e o reapresenta numa voz periférica feminina apontando para as semelhanças corporais entre a mulher branca europeia e a nativa. O termo “vergonhas” refere-se então às partes íntimas femininas.

Oribela se espanta ao visualizar o corpo feminino que está a sua frente, pois ela mesma nunca havia se visto de tal forma e, por isso, ao ver uma nativa sem roupas, tem seu próprio corpo desnudado e passa a ter conhecimento do corpo feminino. Ela sempre fora uma menina com muitas proibições, inclusive pelo pai. A protagonista apresenta uma lembrança do momento em que afigura paterna, ao vê-la se levantar da banheira quando ainda era criança, a castiga. Ela rememora: “Meu pai mandava turvar a água do banho com leite para não ver o meu corpo de criança, uma vez alevantei da gameleira e ele me castigou com tantas vergastadas que verti sangue pela boca.” (MIRANDA, 1996, p. 43).

Entretanto, no lugar em que Oribela irá viver, alguns hábitos são vistos de forma diferenciada. Antes do casório, as nativas ajudam as órfãs da rainha a tomarem banho. Como elas eram portuguesas e tinham a sexualidade mais recatada, não possuíam o hábito de se desnudarem, mas as naturais se despiram com mais facilidade. Oribela compara as ações e enxerga essa diferença, relatando que “água nas mãos e na fuça, fidalga. Água no mais, puta.” (MIRANDA, 1996, 43). Nesse trecho, observa-se para o fato de que a personagem narradora evidencia as diferenças e os valores conjugados às mulheres e ao tratamento delas em relação ao próprio corpo. Atenta-se, dessa forma, para as desigualdades direcionadas às personagens femininas.

As noivas foram preparadas para o casamento pela personagem conhecida como a Velha. Segundo Oribela, essa senhora “era letrada e parecia homem santo.”

(MIRANDA, 1996, p. 66). Ela não só era a pessoa encarregada para auxiliar as moças com a união matrimonial como também as instruía de acordo com os desígnios da Igreja. Ela declarava que “no lábio da mulher há de cintilar o silêncio, onde floresce seu saber.” (MIRANDA, 1996, p. 66). Um pouco adiante, a Velha continua com seus ensinamentos:

Ora, ouvi, filhas minhas. Aquela que chamar de vadio seu homem deve jurar que o disse em um acesso de cólera, nunca mais deixar os cabelos soltos, mas atados, seja em turvante, seja trançado, não morder o beíço, que é sinal de cólera, nem fungar com força, que é desconfiança, nem afilar o nariz, que é desdém e nem encher as bochechas de vento como a si dando realeza, nem alevantar os ombros em indiferença e nem olhar para o céu que é recordação, nem punho cerrado, que ameaça. (MIRANDA, 1996, p. 67).

A Velha também distribuiu entre as noivas os míseros presentes que cada uma ganhou e aconselhou que elas tivessem paciência, pois ganhariam mais. Oribela, de forma crítica, analisa: “Não sei se falou de ironia, querendo dizer açoite e castigo, ou se falava de adorno.” (MIRANDA, 1996, p. 68). Por meio desse excerto, observa-se que a narradora do romance duvida da bondade dos homens presentes naquela terra, pois pressentia os maus tratos que viriam daqueles retratados como grandes colonizadores.

Após a união matrimonial, a personagem representada como o marido e colonizador, Francisco de Albuquerque, tratou sua esposa de forma brutal durante a primeira relação sexual do casal, como foi relatado pela mesma:

Levou-me Francisco de Albuquerque para dentro de uma casa pequena parecendo desabitada [...]. Para deitar, um monte de feno, mas a mim foi segurando Francisco de Albuquerque e derrubando. [...] Lhe dei uma bofetada no rosto no que fez ele sem pensar uns modos de como se fosse quebrar minha caveira, que me fez tremer as carnes e o fervor dele, disto, era tão grande, em tal momento, que em muito breve espaço tudo meu estava como que em grilhões, entre suas forças, embaixo de seus pesos, a arrancar tudo o que era seu e de Deus cobrar sua repartição, seu quinhão que lhe valia por direito de esposo, como em mim havia de ser tudo seu, mas eu rogava que nada fosse tanto, entendendo de querer escapar de embaixo dele [...]. (MIRANDA, 1996, p. 76).

Dessa maneira, ao agir como um homem rústico e sem muitos cuidados para com a esposa Oribela, evidencia-se sua caracterização: que ele impunha sua força, seus mandos e seus desejos à mulher — fato bastante comum para um homem do século XVI. Segundo a jovem,

para comprovar sua virgindade, ele a tratou como um objeto que precisava de verificação, impondo-se sobre seu corpo mais uma vez:

Ele me abriu, explorou e olhando no lume a cor do molhado, de sangue, abanando a cabeça disse. Verdade disseste e agora és minha, terás o que quiseres, ao meu lado, junto a mim conquistar esta pátria e esta gente de terra alongada e te assentarás acima de uma tribuna, mui ricamente vestida e bem posta [...]. (MIRANDA, 1996, p. 77).

Um pouco adiante, ainda enaltecido pela pureza corporal da mulher que escolheu, a personagem Francisco afirma: “Te pagarei com espírito o estares ao cabo do mundo, para me esposar. Te darei tudo.” (MIRANDA, 1996, p. 77). Depreende-se que esse homem sente-se glorificado pela virgindade de sua esposa, que se guardou para ele.

Depois, a personagem Francisco compra um carro de bois e ambos partem para sua propriedade, um fortim bastante longe da vila onde as órfãs aportaram. Com a união matrimonial, a protagonista passa a ser uma sombra do marido. Não desenvolve vontades próprias e nem conversa com o mesmo no momento que deseja. Quando Oribela indaga aonde vão porque já estão se afastando da cidade, do mar e da estrada, ele retruca dizendo: “Cala tua boca. Se queres trocar palavras comigo, diz no escuro do ouvido e da chegada.” (MIRANDA, 1996, p. 82). Francisco de Albuquerque é uma personagem que sempre dá ordens à esposa, uma mulher que nada pode perguntar e saber, embora tenha muita curiosidade. A ela cabe o direito de calar-se, principalmente, em público.

Esse assujeitamento se fazia válido principalmente porque o Catolicismo era seu grande difusor. “A todo-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade.” (ARAÚJO, 2011, p. 45-46). A única educação que as mulheres tinham era providenciada pela Igreja Católica, logo elas eram obrigadas a acreditar em tudo aquilo que lhes era ensinado. Aquelas que não obedeciam e não se curvavam aos preceitos eram consideradas mulheres de pouco valor, sem juízo e perdidas. Tal adestramento e sujeição feminina podem ser observados na *Bíblia*, mais especificamente, na carta do apóstolo Paulo a Efésios:

Mulheres, sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor. De fato, o marido é a cabeça da sua esposa, assim como Cristo, salvador do Corpo, é a cabeça da Igreja. E assim como a Igreja está submissa a Cristo, assim também as mulheres sejam submissas em tudo a seus maridos. (Efésios, 5: 22-24).

Nessa carta nota-se a abrangente discriminação sofrida por parte das mulheres, pois esperava-se delas uma atitude de completa submissão já que não era nem um pouco inteligente para pensar e agir por si própria. Francisco, o esposo de Oribela, tinha a clara noção de estar acima de sua cônjuge. Julgava-se seu senhor e seu dono. Numa de suas frases, afirma:

Porque a vida por sua injustiça te fez minha noiva, neste princípio de tua mocidade, em que agora por matrimônio te hei de senhorear até a morte, a qual, como senhor de ti, de ti afastarei, assim como afastarei de ti qualquer dor por tantos milhares de léguas quantas voltas o sol e a lua têm dadas ao mundo desdo princípio do seu nascimento. (MIRANDA, 1996, p. 84).

Os bons maridos que iriam arranjar eram na verdade homens brutos, que davam ordens e se sentiam superiores perante suas esposas. Quando as órfãs foram escolhidas para viajar ao **Novo Mundo**, dona Urraca, umas dessas jovens do convento e companheira de viagem de Oribela, foi a que mais se alegrou com o matrimônio e a mudança de *status*, contudo também foi a que “levantou a suspeita de que era castigo.” (MIRANDA, 1996, p. 91). Pode-se avaliar que, depois da travessia, das visões do local onde iriam residir e dos homens impostos por meio casamento, as órfãs da rainha retratadas em *Desmundo* estavam sendo castigadas porque foram arrancadas de uma metrópole que já tinha certa organização e despejadas num lugar que mais parecia o fim do mundo, um **desmundo**, porque tudo destoava daquilo que elas haviam vivenciado e daquilo que esperavam conhecer.

Além do momento no qual Francisco manda a esposa se calar, ele também exerce sua autoridade de marido quando ela empreende a primeira fuga. A protagonista, Oribela, caminha pela floresta, chega ao mar, tenta negociar seu regresso a Portugal, mas é violentada por alguns marujos. Francisco então aparece e os mata. Em seguida, ele atea fogo aos corpos para que todos na vila possam enxergar o castigo merecido. Quando regressam ao fortim, ele traz a esposa arrastada como um bicho, nem sequer olha se ela anda ou se arrasta, nem lhe dá comida ou água, e também não repara em suas

súplicas. Segundo a própria, “não era veado a ser caçado e arrastado nas trilhas, não era daqueles gatos jaspeados, bicho nem natural nem mulher pública, devia ele o respeito do matrimônio [...]” (MIRANDA, 1996, p. 113). Ela implorava ao marido que a soltasse e a deixasse ir embora porque não disse sim no casamento de boa vontade, mas fora obrigada pelas circunstâncias sociais. Independente disso, o marido age conforme deseja com sua esposa e tem o direito de comportar-se dessa maneira.

Sobre essa relação de obediência da protagonista da obra, verifica-se que a narradora ao mencionar uma breve lembrança sobre seu passado infantil, vivia sob a tutela do pai, um homem que passa a embriagar-se após a morte da esposa e se afunda em dívidas. Para esse homem, ela deveria toda sua obediência. Depois, é forçada a se submeter ao esposo. Não resta outra opção para ela e para as outras jovens que não fosse a submissão. “As mulheres brancas, em pequeno número acanhado no litoral do século XVI, teriam vivido em completa sujeição, primeiro aos pais, os todo-poderosos senhores de engenho, depois aos maridos.” (VAINFAS, 2011, p.115). Essa era então a realidade da protagonista do romance, a Oribela.

Com o passar do tempo, os eventos do romance deixam cada vez mais claro as dificuldades que essas moças, as órfãs da rainha, vivenciaram e os transtornos que foram obrigadas a suportar por meio dessas relações de superioridade *versus* inferioridade do gênero masculino em relação ao feminino. A supremacia masculina era a que perdurava. Contudo, o viés dos marginalizados e excluídos, aquele considerado como o da história vista de baixo, segundo os estudos de Sharpe (1992), tem agora a chance de vir à tona e se fazer visível pelo prisma feminino da órfã Oribela de Mendo Curvo.

Na continuidade das ações da diegese romanesca, abre-se espaço para a história de uma das jovens que havia acompanhado Oribela na travessia: a dona Bernardinha, uma menina cujos pais morreram num acidente de carro e aos treze anos descobriu que seu tutor usufruía ilicitamente de sua herança. Consequentemente, ela e as duas irmãs, Tareja e Giralda, foram residir num mosteiro, o mesmo no qual também fora viver Oribela.

Essa órfã da rainha, retratada como Dona Bernardinha, tinha uma força física imensa porque aguentava os maus tratos físicos e psicológicos que sentia sem chorar. Logo, chamaram-na de macha. Era ela quem guardava biscoitos para saciar a fome da irmã Tareja e a defendia dos boatos de não ser mais donzela, e de quem murmurasse contra Giralda sobre urinar na cama. Nota-se nessa moça grande bondade para com as irmãs e até mesmo com Oribela, uma vez que ambas eram amigas já no mosteiro. As duas teriam o mesmo destino. Entretanto, dona Bernardinha teve grande azar com seu esposo porque ele a **vendia** aos outros homens da colônia

por qualquer quantia de dinheiro ou objeto que fosse. Conforme os relatos da protagonista, observa-se o padecimento da órfã previamente mencionada:

Quis eu saber de que vinha um grita de machos na porta da casa de dona Bernardinha. O perro do esposo dela fazia servir sua mulher por dinheiro, que se fez uma espera na frente da vivenda e dela se ouviam os gritos, deles os risos, uns davam por isso uma moeda, outros um pedaço de uma qualquer coisa, não havendo ali um padre que pusesse fim a tal desmando [...]. (MIRANDA, 1996, p. 151).

Após tanto sofrer com os abusos impostos pelo cônjuge, a personagem dona Bernardinha reage e mata o marido a facadas — fato, posteriormente relatado no romance pelo mouro configurado como Ximeno Dias à Oribela, enquanto esse a acobertava em sua casa logo após sua segunda fuga e durante a relação amorosa que mantinham. De acordo com seu relato:

[...] a dona Bernardinha havia morto seu esposo com umas punhaladas, de noite, ao lhe ter dado de beber umas águas ardentes e por ele não ter deixado escapar vestida feito homem, que dizia ela estar uma nau esperando para tornar ao reino, acutilara ela tanto seu peito e seu corpo todo que contaram mais de cem furos na carne e que o pobre estava sendo enterrado. (MIRANDA, 1996, p. 177).

Como se já não bastasse os castigos sofridos na mão do homem que lhe fora imposto como marido, a órfã representada como dona Bernardinha foi colocada “numa gaiola no terreiro, [teve] a pele marcada pelas pedras lançadas, de apedrejamentos que lhe fizeram uns poucos apiedados, no malentender de suas desventuras, não fosse cristã.” (MIRANDA, 1996, p. 177). Enquanto que o marido nunca fora punido por dispor da esposa como um objeto sexual para outros homens presentes na narrativa inúmeras vezes, ela, entretanto, foi penalizada como se fosse um bicho. Novamente, atenta-se para o fato de que, na narrativa, as mulheres eram retratadas de forma inferior perante aos homens.

A personagem Oribela vai escondida até a gaiola na qual dona Bernardinha estava presa. Ali, sua amiga confessa: “Não sei como o matei. Tivera razão para o matar [...]” (MIRANDA, 1996, p. 180). Por fim, afirma dizendo: “Este mundo é um desterro e nós, estrangeiros” (MIRANDA, 1996, p. 180). Observa-se que não só para Oribela o **Novo Mundo** era considerado um **desmundo**, mas para dona Bernardinha também, pois foi ali que ambas encontraram sofrimento, angústia e infelicidade.

Ainda acerca da árdua vida das jovens configuradas como órfãs da rainha para a

colônia brasileira em desenvolvimento, faz-se necessário mencionar que havia diferença entre um crime cometido pelas personagens masculinas e femininas. Constatase que Francisco de Albuquerque não foi punido pelo assassinato dos dois marujos que haviam usufruído de sua esposa na primeira tentativa de fuga dessa e tampouco pelo de sua mãe, a dona Branca de Albuquerque. No decorrer da narrativa, percebe-se que ela não gostava da esposa do filho, pois acreditava que essa só lhe trazia tormentos. Certo dia, houve uma tempestade violenta. Ele e a mãe discutiam pelo fato dela nunca ser simpática com a Oribela. No âmago da discussão, percebe-se que o filho “acutilava a mãe no peito e tantas vezes o fez até que ela se quedasse sem mover no chão com a morte na face e ele, com todo o sangue da mãe em suas roupas correu porta afora e na chuva à luz dos raios e dos trovões, em joelhos, gritou. Piedade, piedade.” (MIRANDA, 1996, p. 198). Oribela tem a certeza de estar no inferno ao ver um filho matar a própria mãe, comprovando-se então a ideia de um lugar sem leis.

Em seguida, a narradora protagonista relata quais foram as ações do marido para lidar com o corpo e o enterro da mãe: “Ele mesmo foi buscar o padre, ele mesmo cavou a sepultura, ele mesmo cobriu de terra e pôs uma pedra com o nome da mãe talhado, feito fidalga [...]” (MIRANDA, 1996, p. 200). Francisco, após matá-la, vai até a vila em busca de um padre sem empecilho algum para realizar o sepultamento e continua livre após o enterro da mulher que lhe dera a vida. Nenhuma outra personagem questiona o motivo da morte de dona Branca. Logo, ela simplesmente deixa de existir na narrativa.

Ao cotejar a situação de dona Bernardinha e Francisco, assevera-se a subordinação feminina existente no **Novo Mundo** e a dominação masculina. Enquanto ela fora engaiolada e apedrejada por outros homens, também retratados como colonizadores, ele usufruiu da liberdade que tinha para até mesmo buscar uma figura religiosa — um padre — para enterrar a mãe e não foi interrogado a respeito de sua morte. Acobertou-se o homem, entretanto expôs-se a mulher à violência e à ridicularização.

No meio de tantos desgostos, fica claro que a personagem Oribela lutou contra as imposições que lhe foram feitas. Primeiramente, negando-se casar. Ademais, além das duas fugas efetuadas, a relação amorosa com o mouro Ximeno Dias pode ser exemplificada como um sinal de sua rebeldia e desespero. Cansada dos maus tratos do esposo, na segunda vez que escapou ela é amparada por esse mouro e ambos apaixonam-se. Desse vínculo, nasce uma criança com as mesmas características físicas

do pai biológico, o que evidencia a traição da protagonista do romance. Logo, incapaz de suportar tal vergonha, o marido, Francisco, retorna a Portugal levando consigo o filho da sua esposa e aplica-lhe o pior castigo abandonando-a no **desmundo**.

O romance *Desmundo* expôs experiências inexploradas de pessoas que foram deixadas à margem e, segundo Gloria da Cunha (2004), muitas das narrativas históricas que floresceram no século XX são consideradas importantes pilares da narrativa histórica feminina porque contestam as versões oficiais difundidas.

De acordo com Cunha (2004), as obras que atuam na fundação da história de uma nação mediante a recriação do passado são definidas como **narrativas históricas do nascimento** e aquelas que questionam a história oficial são consideradas **narrativas históricas do renascimento**. Os autores que trabalham com essa perspectiva — a do renascimento — caracterizam-se pela vontade de refundar e redescobrir a história daqueles cujos feitos foram silenciados. Assim, um dos objetivos é “*recuperar figuras históricas ignoradas o sucesos históricos olvidados desde perspectivas nuevas.*”² (CUNHA, 2004, p. 15).

Essa autora relata que, para muitas escritoras, a literatura tornou-se um dos principais veículos para alterar a identidade de grupos minoritários que antes foram negligenciados pela história. Ademais, esse tipo de escritora se mostrou inclinada “*por la recreación de la época de la conquista o de la colonia pero no con la voluntad de glorificarla, sino con ánimo de rescatar y destacar aspectos descuidados de la misma.*”³ (CUNHA, 2004, p. 20). Isso é o que apresenta a ficcionista Ana Miranda, na narrativa *Desmundo*, ao evidenciar inúmeros aspectos coloniais não mencionados, principalmente, a experiência das órfãs da rainha retratadas. Depreende-se que a escrita feminina desafia a soberania dos relatos da história eurofocêntrica reformulando e reexaminando suas identidades, e que o prisma da protagonista, Oribela de Mendo Curvo, tende a causar desconforto uma vez que exhibe circunstâncias ofuscadas.

Considerações finais

A obra *Desmundo* ressignifica a história difundida das órfãs da rainha e apresenta um viés mais crítico acerca da inserção da mulher branca europeia na colônia brasileira durante o século XVI. O prisma marginalizado da órfã Oribela de Mendo Curvo surge para desmistificar as vidas das órfãs no **Novo Mundo** e seus casamentos com homens que foram considerados de boa índole pela ideologia reinante da época.

² Nossa tradução: Recuperar figuras históricas ignoradas ou eventos históricos esquecidos por perspectivas novas.

³ Nossa tradução: Pela recriação da época da conquista ou da colônia, mas não com a vontade de glorificá-la, senão com ânimo de resgatar e destacar os aspectos descuidados da mesma.

Compreende-se que a literatura fez uso de um evento histórico — a vinda das órfãs da rainha no século XVI — para dar base a seu enredo. Nessa junção do discurso histórico e fictício, que dá forma ao romance histórico, acredita-se que *Desmundo*, por meio de uma narradora autodiegética, recria as primeiras décadas da colonização das terras brasileiras de forma ficcional, mantendo a verossimilhança do local e da época, porém seus relatos apontam para uma releitura argumentadora desse mesmo evento do passado. A narrativa em estudo revela um prisma extremamente diferenciado daquele apontado pela história oficial e coloca em evidência o relato de uma mulher europeia, algo que os textos históricos não faziam, pois a única versão levada em conta era a do olhar da história vista de cima, isto é, dos homens detentores do poder que tinham amplo acesso à palavra, às leis e às ordens (SHARPE, 1992).

As concepções ensinadas pela Igreja Católica, como a valorização da virgindade e da pele branca, transformam-se com o passar do tempo na colônia e a protagonista percebe que, ao entrar em contato com a cultura dos habitantes nativos daquela terra, existem outros hábitos. A tão esperada boa vida ao lado do marido não ocorre e a personagem narradora expõe os abusos de uma relação baseada na inferioridade feminina. O **Novo Mundo** se torna um **desmundo** porque fica comprovado o sofrimento, a tortura e o abandono das órfãs.

O foco narrativo da obra, centrado na voz enunciativa do discurso de uma jovem excluída — o viés da história vista de baixo (SHARPE, 1992) — que é obrigada a se tornar esposa e mãe, deixa claro que a protagonista, Oribela, não aceita a condição a que foi submetida e, por ter empreendido uma relação amorosa com outro homem que não fosse seu marido e gerado um filho desse, ela não se enquadra no estereótipo de mulher resignada e obediente. Assim, ela não se tornou uma boa mãe e ótima esposa. É a partir da jornada para o **Novo Mundo** que essa órfã toma consciência do seu *status* e de condição feminina submissa. O contraste entre as pessoas e o lugar a ser povoado faz com que a jovem personagem verificasse as diferenças entre as mulheres e homens e percebesse quão desafortunadas foram as órfãs enviadas.

A narrativa fictícia de Ana Miranda, além de renovar a temática do envio das órfãs da rainha, também evidencia que não existem verdades absolutas na construção discursiva. Deixa-se de priorizar uma visão única e canônica dos fatos para se pensar num processo de desmistificação. Os relatos da história vista de baixo (SHARPE, 1992) não apareciam na historiografia oficial, mas muitas dessas órfãs que foram enviadas ao

Novo Mundo poderiam ter sido escutadas se não tivessem sido silenciadas pelas imposições da história vista de cima (SHARPE, 1992).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. C. C. **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI – XVIII.** Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORI, M. L. M. **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 45-77.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada.** Tradução: Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Pastoral, 2003.

CASTRO, S. **A carta de Pero Vaz de Caminha.** Porto Alegre: L&PM, 2008.

CUNHA, E. **Os sertões.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

CUNHA, G. **La narrativa histórica de escritoras latinoamericanas.** Buenos Aires: Corregidor, 2004.

MIRANDA, A. **Desmundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORI, M. L. M. **História das crianças no Brasil.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 19-54.

RIBEIRO, B. O. **Cativas, degredadas e aventureiras: mulheres na colonização Latino-Americana.** Dissertação (Mestrado). Departamento de Letras, UNIOESTE, Cascavel, 2014.

SANTIAGO, S. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural.** 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.

TROUCHE, A. **América: história e ficção.** Niterói: EdUff, 2006.

VAINFAS, R. Homoerotismo feminino e o santo ofício. In: PRIORI, M. L. M. **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 115-140.